

Tuma apura denúncias de escravidão em garimpos

As lideranças garimpeiras estão na mira da Polícia Federal, que vai apurar denúncias de que estariam explorando os extrativistas nos garimpos situados nas reservas através do trabalho escravo. Romeu Tuma, diretor do DPF, expediu ordens ontem aos delegados da região para investigarem o caso. Segundo Tuma, os líderes defendem a extração ilegal do ouro, facilitando a entrada de garimpeiros nas áreas auríferas e depois os abandonam à própria sorte.

O piloto de táxis aéreos, que transportam garimpeiros cobrando 15 gramas de ouro por passageiro, também serão investigados pela Polícia Federal, que deseja conhecer a dimensão da exploração. A maioria dos garimpeiros (cerca de dois mil na área ianomami) não tem condições de deixar os garimpos pagando preço tão elevado. "O Governo",

afirmou Romeu Tuma, "deverá facilitar o transporte desse pessoal que não dispõe de recursos, mediante cadastramento previamente feito pelas autoridades".

A Polícia Federal está reivindicando, junto ao Ministério da Justiça, a criação de uma Vara Federal em Boa Vista, no Estado de Roraima, para facilitar a tramitação de processos e julgamento de crimes envolvendo narcotráfico, extração ilegal de minérios entre outras contravenções. "Os delitos registrados na região estão sendo julgados por juízes de outras comarcas, fato que prejudica seriamente o andamento de processos", afirmou Romeu Tuma.

Fiscalização — O diretor do DPF, questionado sobre a exploração clandestina de ouro na Amazônia, disse que a Polícia Federal está intensificando as ações nas áreas mais atingidas e,

como parte das providências visando o combate sistemático à entrada de novas levas de garimpeiros e o retorno dos que já deixaram os garimpos, o Ibama vai instalar 19 postos de fiscalização nos locais onde se concentram o maior número de pistas de pouso de aeronaves, destruídos recentemente.

Romeu Tuma disse ainda que a Polícia Federal vai confiscar os equipamentos abandonados pelos garimpeiros na reserva indígena e tentar responsabilizar criminalmente os proprietários das lavras que induzem à invasão. Ele acrescentou que será feita uma rigorosa checagem em suas declarações do Imposto de Renda, de forma a viabilizar um acerto de contas com o Leão. Com essas atitudes, o diretor do DPF espera que seja solucionado, de uma vez por todas, o problema da invasão de áreas indígenas.

Área ianomami já tem limite

O Diário Oficial da União publicou, ontem, parecer da antropóloga da Funai, Isa Maria Pacheco Rogedo, estabelecendo o limite do território dos índios ianomami em nove milhões 419 mil 108 hectares. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tem agora prazo de 30 dias para aprovar o estudo. Caso não o faça, o parecer retornará à Fundação Nacional do Índio (Funai), que terá mais um mês para refazê-lo.

O superintendente de Terras da Funai, José Jaime Mancin, afirmou que teme o poder de pressão das empresas mineradoras e dos órgãos de segurança do Governo sobre a decisão do ministro. "Isto pode atrapalhar o início das demarcações", disse.

O próximo grupo indígena a ter suas terras delimitadas será o mencragnoti, que vive entre os municípios de São Félix do Xingu (PA) e Peixoto de Azevedo (MT), em uma área de quatro milhões 913 mil hectares. Isa Maria Pacheco disse que essa demarcação será feita pela Fundação Mata Virgem.